

SUMÁRIO

TÍTULO I NOÇÕES INTRODUTÓRIAS

CAPÍTULO 1

NOÇÕES ESSENCIAIS DE DIREITO

ECONÔMICO	23
1. Introdução.....	23
2. Direito econômico: origens históricas.....	24
2.1. Evolução histórica relevante para o surgimento do direito econômico.....	24
2.2. O liberalismo econômico.....	25
2.3. Primeiras preocupações sistemáticas de intervenção do Estado na economia e o declínio do liberalismo econômico	26
2.4. A mudança no cenário econômico mundial.....	27
2.5. A mudança na área jurídica.....	27
3. Concepções e definições de direito econômico.....	28
4. Conteúdo e abrangência do direito econômico.....	32
5. As características das regras de direito econômico.....	37
5.1. Tipos e conceitos indeterminados ...	37
5.2. Recompensa ou prêmio nas normas de direito econômico	40
5.3. Flexibilidade, mobilidade e mutabilidade	43
6. O objeto do direito econômico: a economia e a política econômica.....	44
6.1. Introdução.....	44
6.2. Sistemas econômicos (capitalismo x socialismo)	45
6.3. A economia (macroeconomia e microeconomia)	46
6.4. A microeconomia	46
6.4.1. Concorrência perfeita	47
6.4.2. Concorrência imperfeita ...	52
6.4.3. Elasticidade da demanda ...	56
6.4.4. Economia de escala	58
6.5. A macroeconomia	59

6.6. A política econômica	62
6.6.1. Introdução	62
6.6.2. Instrumento fiscal	62
6.6.3. Instrumento monetário	63
6.6.4. Instrumento cambial.....	65
7. Métodos de direito econômico.....	68
7.1. Introdução.....	68
7.2. Análise Econômica do Direito – AED.....	70
7.3. O sistema econômico e o método no direito econômico.....	79
7.4. Do método conforme o sub-ramo do direito econômico	80
7.5. Especificidades do método de direito econômico	80
8. Quadros sinóticos.....	81

TÍTULO II DIREITO ECONÔMICO CONSTITUCIONAL

CAPÍTULO 2

FONTES DO DIREITO ECONÔMICO E

COMPETÊNCIA LEGISLATIVA	89
1. Fontes do direito econômico	89
1.1. A Constituição	89
1.2. As Leis Complementares	91
1.3. As Leis	95
1.4. Normas infralegais	96
1.5. Tratados internacionais	100
2. Competência geral para legislar sobre direito econômico	100
3. Regras específicas de competência para legislar sobre direito econômico	103
3.1. Competência concorrente para legislar sobre produção e consumo.....	103
3.2. As regras de competência privativa da União	105
3.2.1. Sistema monetário e moeda.....	106
3.2.2. Poupança	107
3.2.3. Telecomunicações, energia e água	109
3.2.4. Comércio exterior	111

3.2.5. Transporte.....	113
3.3. Interesse local	114
3.4. A competência comum no enfrentamento da pandemia da Covid-19	117
4. Quadros sinóticos.....	119
5. Jurisprudência.....	121
5.1. Súmula do STJ.....	121
5.2. Súmulas do STF	121
5.3. Jurisprudência do STF	122

CAPÍTULO 3

A ORDEM ECONÔMICA NA

CONSTITUIÇÃO DE 1988 133

1. Introdução.....	133
1.1. Conceito	133
1.2. Evolução histórica	133
1.3. Ordem econômica constitucional brasileira	137
2. Princípios da Ordem econômica na Constituição de 1988	138
2.1. Livre-iniciativa	142
2.2. Soberania nacional.....	148
2.3. Propriedade privada e função social da propriedade.....	149
2.4. Livre concorrência	151
2.5. Defesa do consumidor	155
2.6. Defesa do meio ambiente	157
2.7. Redução das desigualdades regionais e sociais	159
2.8. Busca do pleno emprego.....	159
2.9. Tratamento favorecido para as empresas de pequeno porte.....	160
2.10. Livre-iniciativa de atividade econômica.....	162
2.11. A Declaração de Direitos de Liberdade Econômica: Lei 13.874 de 2 de setembro de 2019	163
2.11.1. Liberação de atividades econômicas de baixo risco	163
2.11.2. Atividade econômica em qualquer horário ou dia da semana.....	164
2.11.3. Livre definição de preços em mercados não regulados	164
2.11.4. Tratamento isonômico da Administração Pública...	165
2.11.5. Presunção de boa-fé	165

2.11.6. Liberdade diante de normas desatualizadas	165
2.11.7. Livre estipulação das partes nos negócios jurídicos empresariais paritários	166
2.11.8. Silêncio da Administração...	166
2.11.9. Arquivamento por meio digital	167
2.11.10. Inexigibilidade de medida ou prestação compensatória ou mitigatória abusiva	167
2.11.11. Inexigibilidade de certidões sem expressa previsão legal	167

3. A intervenção do Estado na economia....	168
3.1. Introdução	168
3.2. Princípio da subsidiariedade	168
3.3. Formas de intervenção estatal.....	170
3.3.1. Intervenção direta do Estado no domínio econômico	173
3.3.2. Para além das empresas públicas e sociedades de economia mista	176
3.3.3. As privatizações e as Golden Shares.....	179
3.3.4. A intervenção indireta do Estado	184
3.4. O capital estrangeiro (art. 172)	187
3.5. Empresa brasileira e empresa brasileira de capital nacional – o revogado artigo 171	193
4. Planejamento econômico	194
4.1. Introdução.....	194
4.2. Os planos econômicos no direito brasileiro	196
4.3. As normas constitucionais sobre o planejamento	198
5. Jurisprudência	201
5.1. Súmulas do STF	201
5.2. Jurisprudência	201
6. Quadros Sinóticos	211

CAPÍTULO 4

POLÍTICAS ECONÔMICAS

CONSTITUCIONAIS 225

1. Introdução.....	225
2. Política de redução das desigualdades regionais.....	225

2.1. Introdução.....	225	1. Regulação: uma introdução	273
2.2. Normas constitucionais.....	226	2. Instrumentos de regulação	276
2.3. A Política Nacional de Desenvolvimento Regional.....	229	3. <i>Sandbox</i> regulatório	277
2.4. Do direito ao desenvolvimento regional	229	4. Análise de impacto regulatório	279
2.5. Uma classificação dos instrumentos de desenvolvimento regional.....	230	5. Agências	282
3. A Política Urbana.....	231	5.1. Natureza Jurídica.....	286
3.1. Introdução.....	231	5.2. Autonomia administrativa.....	286
3.2. Plano diretor e a função social da propriedade.....	232	5.3. Processo decisório	289
3.3. Parcelamento e edificação compulsórios.....	236	5.4. Controle	290
3.4. IPTU.....	238	5.5. Poderes normativos	293
3.5. Desapropriação	240	5.6. Capacidade técnica	298
3.6. Usucapião.....	242	5.7. Regime de pessoal	298
4. Política agrícola e fundiária	242	5.8. As agências reguladoras da Lei nº 13.848/19	299
4.1. Introdução.....	242	6. Telecomunicações	300
4.2. A política agrícola	242	6.1. Agência: ANATEL	300
4.3. O Estatuto da Terra.....	244	6.2. Regime jurídico	302
4.4. Função social da propriedade	247	7. Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis....	303
4.5. Reforma agrária e desapropriação da propriedade rural.....	248	7.1. Agência: ANP.....	303
4.6. Aquisição da propriedade rural por estrangeiros	250	7.2. Regime jurídico	304
4.7. Usucapião.....	251	8. Energia Elétrica	305
4.8. Crédito rural	251	8.1. Agência: ANEEL	305
5. Política de incentivo a micro e pequenas empresas	252	8.2. Regime jurídico	306
5.1. Introdução.....	252	9. Vigilância Sanitária	307
5.2. Regime tributário do Simples Nacional	255	9.1. Agência: ANVISA.....	307
5.3. Outros benefícios do Simples Nacional	259	10. Saúde Suplementar	307
6. Quadros sinóticos.....	259	10.1. Agência: ANS.....	307
7. Jurisprudência.....	265	11. Águas e saneamento básico.....	309
7.1. Política Urbana	265	11.1. Agência: ANA.....	309
7.2. Política agrícola e fundiária	267	11.2. Regime jurídico	309
7.3. Política de incentivo a micro e pequenas empresas	268	12. Transportes Aquaviários.....	310
		12.1. Agência: ANTAQ	310
		13. Transportes Terrestres.....	310
		13.1. Agência: ANTT	310
		14. Cinema	311
		14.1. Agência: ANCINE	311
		15. Aviação Civil	313
		15.1. Agência: ANAC	313
		16. Mineração	314
		16.1. Agência: ANM	314
		16.2. O setor mineral	314
		17. Outros agentes reguladores.....	314
		18. Quadros Sinóticos	315
		19. Jurisprudência	323
		19.1. STF.....	323
		19.2. STJ	331
		19.3. TRF da 3ª Região	332
		19.4. TRF da 5ª Região	333

TÍTULO III

DIREITO ECONÔMICO ADMINISTRATIVO

CAPÍTULO 5

AS AGÊNCIAS REGULADORAS 273

CAPÍTULO 6**CONTRIBUIÇÕES DE INTERVENÇÃO NO****DOMÍNIO ECONÔMICO 335**

1. Introdução.....	335
2. Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico – CIDE	336
2.1. O Regime jurídico das contribuições de intervenção no domínio econômico	339
2.1.1. Regras gerais do art. 149 da Constituição	340
2.1.2. Princípio da não surpresa ...	341
2.1.3. Desnecessidade de lei complementar	342
2.1.4. Imunidades	342
2.1.5. Construções doutrinárias acerca do regime jurídico da CIDE	342
2.1.6. Previsão da CIDE e seu aspecto finalístico	342
2.1.7. Duração e razoabilidade das contribuições.....	344
2.1.8. O contribuinte possível da CIDE	344
2.2. Contribuições interventivas em espécie	345
2.2.1. CIDE Combustíveis ou CIDE Transportes.....	345
2.2.2. CIDE <i>Royalties</i> , CIDE Tecnologia ou CIDE Interação Universidade Empresa	349
2.2.3. Contribuição para o INCRA.....	351
2.2.4. Contribuições para o SEBRAE.....	352
2.2.5. Adicional de Frete para Renovação da Marinha Mercante – AFRMM.....	353
3. Quadros sinóticos.....	355
4. Jurisprudência	359
4.1. Jurisprudência do STF	359
4.2. Jurisprudência do STJ	362

TÍTULO IV
DIREITO ECONÔMICO DO SISTEMA
FINANCEIRO NACIONAL

CAPÍTULO 7**POLÍTICAS ECONÔMICAS E****ORGANIZAÇÃO DO SISTEMA****FINANCEIRO NACIONAL 369**

1. Introdução.....	369
2. O mercado financeiro e a política econômica	371
2.1. O mercado financeiro.....	371
2.2. Funções do mercado financeiro	372
2.3. Classificações do mercado financeiro	373
2.4. A moeda como núcleo do mercado financeiro	375
2.5. A tokenização do mercado e seu regulamento.....	376
3. Organização do Sistema Financeiro Nacional	385
3.1. Introdução.....	385
3.2. Conselho Monetário Nacional – CMN	387
3.3. Banco Central do Brasil – BCB	390
3.4. As instituições financeiras	400
3.5. Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES	406
3.6. Comissão de Valores Mobiliários – CVM.....	408
3.7. As bolsas de valores, mercadorias e futuros e as entidades de balcão	413
3.7.1. Discussões doutrinárias	413
3.7.2. Bolsa e balcão organizado no direito positivo brasileiro	415
3.7.3. Observações gerais sobre bolsa e balcão	418
3.7.4. Autorregulação	418
3.7.5. Novo mercado	419
3.8. Demais entidades que atuam no mercado de capitais	421
3.8.1. Custódia	421
3.8.2. Corretoras e distribuidoras.....	422
3.8.3. Investidores institucionais.....	423
3.8.4. Outros agentes do mercado.....	424
3.9. Órgãos e autarquias relacionados à atividade de seguros e previdência complementar	425
4. Organismos internacionais.....	427
4.1. Introdução	427
5. Quadros sinóticos.....	430
6. Jurisprudência do STF	437

CAPÍTULO 8**MERCADOS DO SISTEMA FINANCEIRO 441**

1. Mercado de títulos públicos.....	441
1.1. Introdução.....	441
1.2. Títulos públicos	443
1.3. Negociação com títulos públicos...	445
2. Mercado de crédito.....	447
2.1. Introdução.....	447
2.2. Contratos bancários	448
2.2.1. Depósito e conta corrente...	448
2.2.1.1. Depósito à vista e conta corrente...	449
2.2.1.2. Caderneta de poupança	453
2.2.1.3. Depósitos a prazo	453
2.2.2. Mútuo.....	456
2.3. Juros e correção monetária.....	460
2.4. Sigilo bancário.....	468
2.4.1. Introdução	468
2.4.2. As informações protegidas pelo sigilo bancário.....	469
2.4.3. As instituições obrigadas a manter o sigilo.....	472
2.4.4. A quebra do sigilo	472
2.5. Contratos bancários e a defesa do consumidor	474
2.5.1. Introdução	474
2.5.2. Aplicação do Código de Defesa do Consumidor	475
2.5.3. Responsabilidade objetiva das instituições financeiras	476
2.5.4. Cadastros de crédito negativos e positivos (<i>credit scoring</i>).....	477
2.6. O Sistema Financeiro Aberto – <i>Open Banking/Open Finance</i>	480
3. Mercado de câmbio	482
3.1. Introdução.....	482
3.2. Visão geral do contrato de câmbio ...	483
3.3. Câmbio no comércio internacional	486
3.4. Capital estrangeiro	489
4. Mercado de capitais	492
4.1. Introdução.....	492
4.2. Definição de valores mobiliários ...	493
4.3. A oferta pública	495

4.4. Os valores mobiliários.....	498
4.4.1. Títulos emitidos por sociedades anônimas abertas.....	498
4.4.1.1. Introdução.....	498
4.4.1.2. Mercado primário e mercado secundário	500
4.4.1.3. Mercado à vista e mercado futuro...	500
4.4.1.4. Ações.....	501
4.4.1.5. Debêntures	506
4.4.1.6. Notas comerciais.	507
4.4.2. As cotas de fundos de investimento e as cotas de clubes de investimento...	509
4.4.3. Contratos de investimento coletivo	521
4.4.4. Derivativos	525
4.4.4.1. Introdução.....	525
4.4.4.2. Contratos a termo	526
4.4.4.3. Contratos futuros...	527
4.4.4.4. Opções	529
4.4.4.5. <i>Swap</i>	530
4.5. O papel regulador da CVM e a função autorreguladora da bolsa no mercado de derivativos	531
4.6. Securitização	533
4.7. Outros títulos do mercado financeiro	534
5. Quadros sinóticos.....	535
6. Jurisprudência	541
6.1. Súmulas do STF	541
6.2. Súmulas do STJ	547

CAPÍTULO 9

SISTEMA DE PAGAMENTOS E REGIMES PRUDENCIAL, CAUTELAR, INTERVENTIVO, RESOLUTÓRIO E SANCIONADOR DO SFN..... 553

1. Introdução.....	553
2. Sistema de Pagamentos Brasileiro – SPB	555
2.1. Introdução.....	555
2.2. Compreensão do sistema de pagamentos.....	558
2.3. Princípios.....	559
2.4. Papel do Banco Central	561
2.5. Sistemas do SPB	562
3. Regulação prudencial: requisitos de capital e de liquidez e outras medidas....	566

4. Medidas cautelares bancárias.....	576		
4.1. As medidas cautelares de reestruturação.....	576		
5. Medidas interventivas <i>stricto sensu</i> e resolução bancária	579		
5.1. Visão geral.....	579		
5.2. As hipóteses de decretação dos regimes interventivos.....	582		
5.3. RAET	585		
5.4. Intervenção	586		
5.5. Liquidação Extrajudicial.....	588		
5.6. Responsabilidade dos administradores e dos membros do conselho fiscal.....	594		
6. Fundo Garantidor de Créditos (FGC).....	596		
6.1. Introdução.....	596		
6.2. O FGC: natureza, estrutura e aplicação dos recursos	597		
6.3. A finalidade do FGC.....	600		
7. Aquisição de participação em instituições financeiras por bancos oficiais	605		
8. Regime sancionador do mercado financeiro	606		
8.1. Introdução.....	606		
8.2. Infrações ao sistema financeiro: bancos, câmbio, consórcios, capital estrangeiro e arranjos de pagamentos.....	610		
8.2.1. Âmbito do poder punitivo do Banco Central	610		
8.2.2. As infrações administrativas	612		
8.2.3. Penalidades aplicadas pelo BCB	621		
8.2.4. Infrações graves e gradação da pena	624		
8.3. Infrações ao mercado de capitais e suas penalidades	626		
8.3.1. Introdução	626		
8.3.2. As infrações administrativas	627		
8.3.2.1. Manipulação, fraude, criação de condições artificiais no mercado e práticas não equitativas.....	627		
8.3.2.2. <i>Insider trading</i>	630		
		8.3.2.3. Exercício irregular de atividade que dependa de registro, permissão ou autorização	634
		8.3.3. Penalidades aplicadas pela CVM	635
		8.4. Poder investigatório	637
		8.5. Medidas cautelares (medidas coercitivas e acautelatórias).....	638
		8.6. O processo administrativo sancionador.....	640
		8.6.1. Aspectos comuns.....	640
		8.7. Termo de Compromisso e Acordo Administrativo em Processo de supervisão.....	640
		8.7.1. Termo de Compromisso....	640
		8.7.2. Acordo administrativo em processo de supervisão.....	643
		8.8. Conselho de Controle de Atividades Financeiras – COAF	645
		8.8.1. O COAF e as infrações relativas à lavagem de dinheiro e financiamento ao terrorismo.....	645
		8.9. O CRSFN e os recursos administrativos no Sistema Financeiro Nacional.....	648
		8.9.1. O Conselho de Recursos do Sistema Financeiro Nacional.....	648
		8.9.2. A competência recursal	649
		9. Quadros sinóticos.....	650
		10. Jurisprudência	660
		10.1. Jurisprudência do STF	660
		10.2. Jurisprudência do STJ	661

TÍTULO V

DIREITO ECONÔMICO DA CONCORRÊNCIA

CAPÍTULO 10	
INTRODUÇÃO AO DIREITO DA CONCORRÊNCIA (OU DIREITO ANTITRUSTE).....	671
1. Introdução.....	671
1.1. A concorrência no direito econômico.....	671

1.2. Conceitos econômicos básicos do direito da concorrência	674	2.2. Medidas preventivas	743
1.3. Histórico do direito da concorrência.....	675	2.3. Compromisso de cessação	744
1.4. Roteiro de estudo.....	679	2.4. Programa de leniência.....	748
2. A Lei 12.529/2011	679	2.5. A execução dos julgados do CADE ...	750
3. As modalidades de infração à lei antitruste, sanções e procedimentos.....	681	3. Quadro sinótico.....	753
4. Panorama dos ilícitos concorrenciais	684	4. Jurisprudência	756
5. A construção tipológica dos ilícitos, imunidades, ilícitos “per se” e “regra da razão”	693	4.1. Jurisprudência do STF	756
6. As finalidades do direito da concorrência.....	701	4.2. Jurisprudência do STJ	757
7. As relações do direito concorrencial com outros ramos do direito.....	706	4.3. Jurisprudência do TRF1	762
8. Sistemas de aplicação do direito antitruste.....	707	CAPÍTULO 12	
9. Regulação dos mercados x regulação da concorrência.....	711	CONCENTRAÇÃO ECONÔMICA E	
10. Quadro sinótico	714	ILÍCITOS CONCORRENCIAIS	765
11. Jurisprudência do STJ	718	1. O controle dos atos de concentração.....	765
CAPÍTULO 11		1.1. Introdução	765
SISTEMA BRASILEIRO DE DEFESA DA		1.2. A tipologia da concentração econômica	766
CONCORRÊNCIA.....	719	1.3. Atos submetidos à apreciação do CADE	771
1. Órgãos do Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência e suas atribuições.....	719	1.4. A apresentação dos atos ao CADE e seus efeitos	772
1.1. O SBDC	719	1.5. A análise dos atos de concentração.....	775
1.2. O CADE	720	1.5.1. Mercado relevante	775
1.3. A composição do Tribunal da Concorrência	720	1.5.2. Nível de concentração do mercado.....	778
1.4. A competência do Plenário do Tribunal	722	1.5.3. Reprovação, aprovação e aprovação condicionada dos atos de concentração	780
1.5. Competências do Presidente e dos Conselheiros do Tribunal	724	1.6. Revisão dos atos de concentração ...	785
1.6. A Superintendência-Geral	725	2. Os acordos entre empresas.....	787
1.7. O Departamento de Estudos Econômicos	730	2.1. Introdução.....	787
1.8. A Procuradoria Federal junto ao CADE.....	731	2.2. Tipos de acordo	789
1.9. A Subsecretaria de Acompanhamento Econômico e Regulação	732	2.3. Acordos horizontais.....	791
1.10. O Ministério Público Federal perante o CADE	733	2.4. Acordos verticais	798
1.11. O CADE e o Poder Judiciário.....	736	3. Práticas anticoncorrenciais	803
2. O processo administrativo no CADE e a execução dos julgados.....	739	3.1. As infrações.....	803
2.1. Tipos de procedimento	739	3.2. Os tipos exemplificativos da Lei 12.259/2011.....	806
		3.2.1. Práticas predatórias	806
		3.2.2. Venda casada	809
		3.2.3. Recusa de contratar	812
		3.2.4. Exclusividade	817
		3.2.5. Manutenção de preço de revenda	820
		3.2.6. Discriminação de preço e diferenciação de preço....	823
		3.3. Conquista natural de mercado x conquista artificial de mercado	827

3.4. Posição dominante e presunção da posição dominante.....	828
3.5. Sanções	829
3.6. Prescrição.....	835
4. Quadro sinótico.....	837
5. Jurisprudência.....	841
5.1. Jurisprudência do STF	841
5.2. Jurisprudência do STJ	841
5.3. Jurisprudência do TRF1	855
5.4. Súmulas do CADE	858

TÍTULO VI DIREITO ECONÔMICO INTERNACIONAL

CAPÍTULO 13

A ORDEM ECONÔMICA INTERNACIONAL ... 861

1. Introdução.....	861
2. A ordem econômica internacional do pós-guerra – Bretton Woods.....	863
2.1. Fundo Monetário Internacional (FMI).....	863

2.2. Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD) – “Banco Mundial”	867
2.3. Organização Mundial do Comércio (OMC).....	868
3. Integração econômica	873
3.1. Introdução.....	873
3.2. As etapas da integração econômica	874
3.3. MERCOSUL	874
3.4. União europeia.....	879
4. Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico – OCDE.....	882
5. Jurisprudência	882
5.1. Jurisprudência do STF	882
5.2. Jurisprudência do TRF da 4ª Região.....	883
6. Quadros sinóticos.....	884
BIBLIOGRAFIA.....	893